

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano III | Volume 8 | Nº 23 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.5574811>



O REVISIONISMO CONTEMPORÂNEO E A HISTÓRIA ESCRITA PELOS MILITARES

*Michel Goulart da Silva**

Resumo

Neste ensaio são problematizadas as representações acerca do golpe e da ditadura produzidas por civis e militares que participaram dos governos ditatoriais ou por seus defensores. Para tanto, são analisados textos publicados principalmente BIBLIEX. Procura-se demonstrar como essas representações se constituem em uma tentativa de defender e legitimar as ações dos ditadores, reverberando em parte das disputas políticas contemporâneas.

Palavras chave: Brasil; Ditadura; Representações; Revisionismo.

Abstract

This essay discusses the representations of the coup and the dictatorship produced by civilians and military who participated in dictatorial governments or by their defenders. Therefore, they are mainly published texts BIBLIEX. It seeks to demonstrate how these representations are selected in an attempt to defend and legitimize the actions of dictators, partially reverberating in contemporary political disputes.

Keywords: Brazil; Dictatorship; Representations; Revisionism.

1

O presidente Jair Bolsonaro e outros membros governo, bem como alguns parlamentares, com frequência se remetem de forma revisionista à ditadura militar iniciada com o golpe de 1964. Em grande medida, essas falas se remetem a livros, artigos, entrevistas e testemunhos de militares a respeito do golpe e da ditadura. Esses discursos expressam as interpretações e ideologias de uma parcela dos militares que vivenciaram sua carreira militar nas décadas de 1960 e 1970, e que tem como um de seus objetivos convencer as novas gerações de civis e de militares de que a historiografia que vem sendo divulgada pelas esquerdas e pelos pesquisadores acadêmicos a respeito do golpe e da ditadura seriam distorções do que teria “realmente acontecido”.

Entre 1964 e 1985, uma ditadura comandada por militares e apoiada por uma parcela de civis governou o Brasil (SILVA, 2019). Em 1964, um golpe derrubou o governo trabalhista de João Goulart, também conhecido como Jango, que tinha como eixo político as “reformas de base”, entre as quais a reforma urbana, a reforma educacional, entre outras. Com a ditadura, concretizou-se um projeto de desenvolvimento econômico e da infraestrutura industrial e urbana, calcado no endividamento externo e

** Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC). Email para contato: michelgsilva@yahoo.com.br



na intensificação da exploração da força de trabalho, e comandado por uma camada de tecnocratas na gestão da economia e da administração pública (SILVA, 2011).

Numa entrevista realizada em setembro de 2000, o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, um dos mais famosos torturadores durante a ditadura e constantemente elogiado por Jair Bolsonaro, afirmava que “em 1964, fomos vencedores quando impedimos que, na marra, fosse implantada uma república sindicalista de cunho marxista-leninista” (MOTTA, 2003, t. 5, p. 234). Contudo, depois dessa primeira vitória,

infelizmente perdemos uma batalha muito significativa – a comunicação de massa. Os vencidos distorcem os fatos e enganam o povo, principalmente os jovens. Querem, através da mentira, escrever a história com a sua versão e vão conseguir o seu objetivo. Há uma certa covardia em contar a verdade às novas gerações (MOTTA, 2003, t. 5, p. 234).

O General Agnaldo Del Nero Augusto afirma no livro *A grande mentira* (2001) que no contexto posterior ao fim da ditadura, utilizando a propaganda, que foi “a mesma arma que criou a *lenda dourada do comunismo*”, os representantes das esquerdas “conseguiram atribuir a si mesmos o retorno do País ao pluralismo político e se autoproclamar angelicais defensores da democracia” (AUGUSTO, 2001, p. 16). Essa “grande mentira” construída pelos comunistas, “repetida de várias formas, em incontáveis oportunidades e nos diferentes meios de comunicação”, acabaria por ganhar “foros de *verdade*” (AUGUSTO, 2001, p. 16). Como consequência, “os mais jovens, e boa parte dos atuais integrantes das Forças Armadas e os seus familiares, não vivenciaram aquelas situações e passaram a ser impregnados pela Grande Mentira com sua versão ideológica dos fatos” (AUGUSTO, 2001, p. 16).

Essas ideias produzidas por militares acerca do golpe de 1964 e da ditadura expressam um conjunto de ideias difundido, entre outras formas, por meio de livros e revistas publicados pela Biblioteca do Exército (BIBLIEX), principal editora militar. Esses e outros conjunto de ideias procuram, de um lado, apontar para a necessidade de estabelecer “verdades” diante das supostas distorções historiográficas que desqualificam as ações dos militares, propondo-se a esclarecer as gerações mais jovens acerca do passado. Segundo o Coronel José Fernando de Maya Pedrosa, “nem sempre as pessoas adotam a análise cuidadosa e imparcial da história como um biólogo estuda a célula ou um astrônomo, o sistema solar”, parecendo “atitude corriqueira o alinhamento dos homens aos seus desejos e inclinações pessoais ou coletivas, mais do que à razão fundamentada no estudo isento dos fatos” (PEDROSA, 2008, p. 32-33).

Os discursos dos militares expressam um grande ressentimento, pois a sociedade teria deixado de reconhecer sua relevância política e a importância histórica de suas ações. Para os militares, mesmo tendo vencido “a guerra contra as organizações da esquerda”, na Nova República estão “enfrentando



ideologicamente essa mesma esquerda, agora atuando na imprensa e no Congresso, mas ainda em busca de desforra e recusando-se a aceitar a ‘anistia para os dois lados’” (CASTRO, 2008, p. 135). Esses militares entendem que ainda há lutas a serem travadas, dessa vez não no campo de batalhas, mas nas disputas de memória empreendidas contra aqueles que estariam constantemente desqualificando suas ações do passado (SILVA, 2020). Nesse ponto, os militares destacam a imprensa, que, segundo eles, teria contribuído nessas narrativas que desqualificam suas ações (CASTRO, 2008, p. 136).

Para difundir sua revisão dos acontecimentos da ditadura, os militares realizaram uma extensa produção de textos com pretensões historiográficas, sejam livros volumosos, sejam artigos de divulgação rápida publicados nas revistas militares, além de seus testemunhos orais. Esses autores revisionistas procuram estabelecer em seus discursos um estatuto de verdade, baseado na descrição “objetiva” dos acontecimentos, procurando narrar o que teria sido “sufocado” pelo “autoritarismo de esquerda” no poder.

Segundo os discursos produzidos pelos militares, ainda hoje os “comunistas” estariam apostando em formas de ação e propaganda no sentido de subverter a ordem pública, desqualificando as ações das Forças Armadas e apostando em uma política de mentiras e revanchismo. Para esses militares, apostar na subversão faria parte de uma espécie de natureza antidemocrática dos comunistas. Como resposta às formas contemporâneas de “subversão”, os militares estariam sendo obrigados a mostrar as “verdadeiras” intenções dos comunistas, não apenas os desmascarando em suas ações políticas contemporâneas, como também mostrando às novas gerações suas tentativas de tomada do poder ao longo do século XX.

Os textos produzidos pelos militares não se limitam a narrar versões a respeito do golpe e justificá-lo a partir do argumento de uma ação preventiva diante do um suposto golpe a ser promovido pelas esquerdas. Os militares também elaboraram formas de legitimar política e historicamente os governos nascidos do golpe, justificando as ações repressivas como uma espécie de mal menor.

Os militares e civis que participaram dos governos ditatoriais procuram apresentar esse período como momento positivo e marcado por grandes conquistas para o Brasil. Para Armando Falcão, Ministro da Justiça no governo Geisel, “foram tempos de ordem, tempos de paz, tempos de segurança, tempos de prosperidade nacional” (MOTTA, 2003, t. 1, p. 219). Por outro lado, teriam sido “acertos da revolução”, conforme o General Rubens Denys, “o restabelecimento do princípio de autoridade (...) o planejamento em nível de governo, para realizar o desenvolvimento social e econômico do País, visando o bem-estar da sociedade brasileira, integrar o País e minimizar os desníveis regionais” (MOTTA, 2003, t. 1, p. 184). Segundo o economista Antônio Delfin Neto, que ocupou diferentes cargos nos governos



ditatoriais, “nosso país construiu uma indústria extremamente sofisticada, ordenou seu mercado interno, chegou ao 8º PIB mundial e não foi gratuitamente, não foi brincando” (MOTTA, 2003, t. 5, p. 155).

Os militares teriam cumprido o papel que colocavam como objetivo; quando olham para os “governos da revolução”, os militares os enxergam como um período de conquistas e vitórias. Em seus discursos, ressaltam estatísticas em termos sociais, políticos e econômicos, e vitórias contra as ameaças externas e movimentos que queriam pôr fim à “democracia” então vivida no país. Contudo, o inimigo interno insistentemente continuava a ameaçar a ordem política e social, o que teria obrigado o “processo revolucionário” a se estender até alcançar o que os militares considerassem uma “paz social”. Nas palavras do Coronel Nilson Ferreira Mello,

as realizações do movimento de 1964 são inúmeras e importantes, tanto pelo que foi feito quanto pelo que se impediu que se fizesse. Iniciado como uma reação à revolução comunista em marcha, seus efeitos, nos diversos campos das atividades nacionais, acabaram por justificar sua colocação como uma das mais importantes revoluções brasileiras, como a Guerra da Independência e a Proclamação da República (MELLO, 2005, p. 44).

Essa exaltação às “conquistas” dos governos da ditadura, em grande medida, dá-se em comparação ao período anterior. O Coronel Jarbas Passarinho, que também ocupou variados cargos ao longo da ditadura, criticando o período anterior, afirma:

Quando o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco assumiu a presidência da República, o Brasil era um país subdesenvolvido e vivia uma hiperinflação. Exportávamos sobremesa: café, açúcar e cacau, algo aquém de um bilhão de dólares. Éramos a 48ª economia do mundo. Importávamos quase todo o petróleo, gasolina, diesel e querosene (PASSARINHO, 2007, p. 74).

Referindo-se ao conjunto dos “governos revolucionários”, o Coronel Nilson Mello divide suas “realizações” em dois aspectos: econômicos e sociais. Destaca as obras de engenharia, como ferrovias e rodovias, que “mudaram completamente o panorama dos transportes terrestres, facilitando o escoamento de produtos e estimulando a produção” (MELLO, 2005, p. 45). Também destaca a capacidade instalada de energia elétrica, que “expandiu-se a uma taxa de cerca de 700%, graças à construção de gigantescas usinas hidroelétricas, como Itaipu e Tucuruí” (MELLO, 2005, p. 45). Por outro lado, “cuidou-se de melhorar a matriz energética do país, muito calcada no petróleo, com a utilização de fontes alternativas de energia” (MELLO, 2005, p. 45). Destaca também os investimentos nas telecomunicações, por meio do Plano Nacional de Telecomunicações, bem como o planejamento governamental, por meio dos dois Planos Nacionais de Desenvolvimento, bem como o combate à inflação (MELLO, 2005, p. 45). Por outro lado, salientando que a solução dos problemas sociais estaria relacionada com os recursos gerados pelo desempenho econômico, afirma que foi o regime governado pelos militares que



[...] incorporou à Previdência Social (...) vinte milhões de trabalhadores rurais. E mais, promulgou o Estatuto da Terra e criou órgãos e instrumentos de ação social como o FGTS, o PIS/PASEP, o Sistema Nacional de Habitação e o BNH que, apenas nos cinco primeiros anos de funcionamento, construiu 750 mil casas populares (MELLO, 2005, p. 45).

Essas descrições, encontradas nos discursos contemporâneos de civis e militares acerca da ditadura, não trazem grandes novidades em relação à propaganda da própria ditadura a respeito de suas “conquistas”. Nas palavras do General João Baptista Peixoto, fazendo em 1975 um balanço dos governos “revolucionários”, teria cabido a esses “a gigantesca tarefa de promover as reformas estruturais indispensáveis para acelerar o desenvolvimento econômico e social do país, em ritmo consentâneo com o atual progresso do mundo” (PEIXOTO, 1975, p. 172). Em 1978, afirmava-se em outro documento: “o que se conseguiu fazer em quatorze anos configura uma obra incontestável, verdadeiramente admirável e empolgante, não só no campo da infraestrutura nacional, como em vários setores básicos do desenvolvimento econômico e social do País” (HALL, 1978, p. 41).

Se hoje discursos semelhantes ou mesmo iguais são parte das disputas políticas em torno da história e da memória da ditadura, décadas atrás a propaganda elaborada pelos governos repressivos foi parte da necessidade de legitimação do regime. No plano político, os governantes buscavam “encontrar mecanismos de legitimação que ultrapassassem o argumento, que se desgastava rapidamente, de que o regime era necessário para completar o processo de restabelecimento da ordem econômica e política ameaçada” (EARP, 2007, v. 4, p. 219). Para tanto, durante a ditadura,

os integrantes do grupo de poder do regime militar se empenhavam em demonstrar que existiam pontos de conexão entre a sua proposta de democracia e as realizações econômicas daquele período. O denominado “milagre econômico” era enfatizado como a ratificação dos propósitos da ditadura de uma nação em que prevalecesse a sua suposta democracia com responsabilidade (REZENDE, 2001, p. 115).

O “milagre brasileiro”, assim chamado como analogia a fenômenos semelhantes ocorridos na Alemanha e no Japão depois da Segunda Guerra Mundial, foi “um período de vários anos consecutivos em que a economia do país (...) teve um crescimento acelerado, com taxas médias anuais superiores a 10%, enquanto a inflação apresentava índices relativamente baixos” (BRUM, 1998, p. 322). Por outro lado, “a intensa divulgação do ufanismo oficial tinha o propósito de tornar o Brasil mais conhecido no exterior e encorajar os investidores estrangeiros a aplicar excedentes de capital no país” (BRUM, 1998, p. 324). No caso do “milagre brasileiro”, a economia “estava sendo movida basicamente com recursos externos – empréstimos, capital de risco e tecnologia importada” (BRUM, 1998, p. 324).



Os militares que pretendem produzir sua versão da história identificam no “desenvolvimento econômico sob inspiração militar” o fator positivo determinante do “sucesso” do regime (RODRIGUES, 2007). Também nesse ponto, a escrita do passado está informada pela doutrina elaborada pela ESG, cujo eixo atravessa justamente os conceitos de segurança e desenvolvimento (SILVA, 2013). Embora possam ser feitas ponderações a respeito do papel exercido pela doutrina da ESG nas ações do governo, pelo menos os textos pretensamente historiográficos elaborados pelos militares trazem uma clara inspiração dessa doutrina.

Nesses textos, os militares olham para o passado procurando identificar algo que se encaixe na definição de desenvolvimento, ou, mais precisamente, no que chamam de Desenvolvimento Nacional, um “processo global do fortalecimento e de aperfeiçoamento do Poder Nacional, particularmente de seus fundamentos (Homem, Terra e Instituições), visando à conquista e à manutenção dos Objetivos Nacionais, e à consecução do Bem Comum” (ESG, 2000, p. 178). Esse processo se materializa por meio da Política de Desenvolvimento, entendida como “conjunto de objetivos e decisões governamentais que tem como propósito atender aos anseios de evolução e orientar e conduzir o processo global que visa à consecução do Bem Comum” (ESG, 2000, p. 178). Trata-se, portanto, da realização de ações em diferentes âmbitos que visam, entre outras coisas, a realização de certo progresso material e mesmo “espiritual”, que responde ao planejamento e às ações daqueles que governam poder nacional, que, no entendimento da doutrina, devem ser as elites civis e militares.

Os militares procuram demonstrar que a ditadura teria sido um regime de salvação nacional, mostrando que suas ações colocaram fim à ameaça do “inimigo interno” e reorganizaram a vida nacional, supostamente ameaçada pelas investidas golpistas de parte da esquerda (SILVA, 2021). Contudo, o principal projeto dos militares, pensado desde a década de 1950, passava por transformar o país em uma “potência de porte médio”. Dessa forma, as questões de segurança deveriam estar no centro de um projeto que visava fundamentalmente uma determinada forma de desenvolvimento econômico, elitista e excludente, o que exigia a conformação de um governo forte, como uma ditadura.

Portanto, a ditadura, ainda hoje comemorada pelos militares, possibilitou a consecução de um projeto político e social dos militares, contraditoriamente colocando o Brasil em destaque no cenário econômico mundial e alcançando certa estabilidade por eles almejada na situação política, ao mesmo tempo que também aumentavam o endividamento externo do país e deixavam profundas marcas na situação dos trabalhadores, como os baixos salários, a falta de moradias, o desemprego, entre outras mazelas ainda enfrentadas pela população do país.



REFERÊNCIAS

AUGUSTO, A. D. N. **A grande mentira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CASTRO, C. “Comemorando a ‘revolução’ de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros”. *In*: FICO, C. *et al.* (orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008.

EARP, F. S.; PRADO, L. C. D. “O ‘milagre brasileiro’: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de Renda”. *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo da ditadura, vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ESG - Escola Superior de Guerra. **Fundamentos doutrinários da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro: Luzes, 2000.

HALL, C. W. **A nação que se salvou a si mesma**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978.

MELLO, N. V. F. “Reflexões sobre o 40º aniversário da revolução de 1964”. **Revista do Exército Brasileiro**, vol. 142, setembro/dezembro, 2005.

MOTTA, A. M. (coord.). **1964 – 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003.

PASSARINHO, J. “História: movimento de 31 de março de 1964: recordando um estadista”. **A Defesa Nacional**, ano XCIII, n. 807, janeiro/abril, 2007.

PEDROSA, J. F. M. **O revisionismo histórico brasileiro**: uma proposta para discussão. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.

PEIXOTO, J. B. **Conquistas de uma década**: radiografia socioeconômica do Brasil revolucionário. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Artenova, 1975.

REZENDE, M. J. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1985). Londrina: UEL, 2001.

RODRIGUES, F. “O desenvolvimento econômico sob inspiração militar”. **Revista do Exército Brasileiro**, vol. 144, maio/agosto, 2007.

SILVA, M. G. “Ditadura, história e esquecimento no Brasil”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 1, n. 1, 2020.

SILVA, M. G. “Ditadura, transição e democracia na Constituição de 1988”. **Aurora (UNESP)**, vol. 12, 2019.

SILVA, M. G. “Geopolítica, imperialismo e interdependência na América Latina”. **Contra a Corrente**, n. 10, 2013.



SILVA, M. G. “O anticomunismo e o golpe de 1964”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 6, n. 16, 2021.

SILVA, M. G. “Os militares brasileiros e a ‘grande mentira’”. *In*: SOUSA, F. P.; SILVA, M. G. (orgs.). **Ditadura, repressão e conservadorismo**. Florianópolis: Em Debate/UFSC, 2011.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano III | Volume 8 | Nº 23 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patricia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima